

• Política

Aços laminados de baixo, médio e alto teor de carbono. Centro de Serviços de Aço. Tel. (011) 444-5111. **Mangeis** Empresa 100 Brasileira

CONSTITUINTE

Ulysses e Sarney querem pressa na votação do plenário

por Elaine Lerner de Brasília

Após a transmissão de cargo, minutos antes de sua partida para o México, ontem, pela manhã, na base aérea de Brasília, o presidente José Sarney segredou ao presidente em exercício, Ulysses Guimarães, que o "governo não tem mais como agüentar" a demora do início da votação da nova Constituição. Ulysses confirmou a necessidade de "acabar logo", durante o curto diálogo em tom bastante baixo mantido pelos dois em frente às câmaras de televisão.

Em entrevista coletiva à imprensa, já como presidente, Ulysses Guimarães enfatizou que "está ansioso" para iniciar a votação da Constituição, referindo-se também ao impasse criado pelo "Centrão" ao exigir a alteração do regimento interno. "Já recebi apelos, de um lado, apelos de outro lado em vistas de um acordo." Porque a votação do substitutivo proposto pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) "tem cerca de 29 destaques e será trabalhosa, difícil, demorada, compli-



Ulysses Guimarães

cada e dificultará o andamento da Constituição", disse o presidente em exercício.

Mestre da negociação, Ulysses Guimarães não considera prejudicial a um possível acordo a sua ausência da presidência da Constituinte para exercer a Presidência da República. "Ninguém é insubstituível no mecanismo democrático."

Além do que, eu acho que não sou tão ruim assim para ficar à frente do País e garantir as instituições", concluiu.

Adiada a mudança no regimento

por Andrew Greenlees de Brasília

Um acordo entre o "Centrão" — grupo suprapartidário de tendência conservadora — e seus adversários na Constituinte, resultou ontem no adiamento até a próxima quarta-feira da decisão sobre a forma de mudança do regimento interno para a fase final da elaboração da Nova Carta. Na véspera, por 271 votos a 223, o "Centrão" havia conseguido aprovar a preferência para votar seu projeto de regimento, deixando a proposta da mesa diretora dos trabalhos, presidida pelo deputado Ulysses Guimarães, em segundo plano.

Imediatamente, no entanto, iniciou-se um processo de aproximação entre os grupos divergentes. O senador Fernando Henrique Cardoso, com o apoio de Ulysses, procurou o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, e outros membros do "Centrão", em busca de um entendimento.

Ficou acertada uma reunião para a manhã de ontem, às 11 horas, adiando o início da sessão, marcado para as 10 horas. Mas o presidente em exercício da mesa, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), disse não estar informado da definição e abriu os trabalhos no horário previsto. Com o

Maioria concorda em negociar

por Andrew Greenlees de Brasília

Um estreito corredor do lado do plenário da Constituinte foi palco ontem de uma intensa negociação: cerca de dez membros do "Centrão" espremiavam-se no exíguo espaço, procurando uma definição diante da proposta de acordo oferecida pelo senador Fernando Henrique Cardoso. O grupo que pretendia ir à votação ontem mesmo acabou convencido de que o melhor seria o adiamento. Após alguns minutos de discussão, os parlamentares deixaram o corredor em fila indiana, suando muito. "Agora vai bem", disse Fernando Henrique, ao tomar conhecimento do veredito.

A Constituinte confirmou desta forma a prática, pela

qual, no momento em que é eminente um grave impasse, definições são adiadas em favor da essência da política, a conversa. A votação da véspera deixou claro que os diversos blocos parlamentares terão dificuldades para abrigar 280 votos (maioria absoluta do plenário) sob uma mesma proposta constitucional. "Ficou provado que não haverá maioria sem negociação daqui para a frente", constatava Fernando Henrique. Um membro do "Centrão", o deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP), repetia quase as mesmas palavras, defendendo o entendimento.

O "Centrão", conforme alguns de seus articuladores, conseguiu uma vitória ao mostrar seu descontentamento com o trabalho da Comissão de Sistematização. "Já demos

o troco", disse um deles. O passo seguinte é conseguir a maioria absoluta para suas propostas ou, como deverá ocorrer com maior frequência, negociar emendas que obtenham 280 votos.

MUDANÇAS A FAVOR DA LIVRE INICIATIVA

Na mira dos grupos suprapartidários estão cerca de 27 dispositivos, considerados prejudiciais à livre iniciativa. Os temas incluem a garantia contra despedida imotivada, a jornada de trabalho de 44 horas semanais, o pagamento em dobro de horas extras, a imprescritibilidade dos direitos trabalhistas, a licença de 120 dias para gestantes, a imissão de posse na reforma agrária, o conceito de empresa nacional, a nacionalização dos distribuidores de derivados de petróleo, entre outros.

Outro fator decisivo para o adiamento foi a ausência do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, substituindo o presidente José Sarney, em viagem ao México. Todos reconheciam que uma decisão delicada como a que se discutia ontem deveria ser tomada sob a presidência de Ulysses, considerado, ao lado do senador Jarbas Passarinho, o melhor condutor de processos de votação dentro do Congresso Nacional.

Como de costume, Ulysses prefere chegar a uma sessão da Constituinte ou da Câmara sabendo exatamente o que vai encontrar. Para tanto, convidou o deputado Roberto Cardoso Alves, do "Centrão", para um jantar na segunda-feira. Ulysses reassume na terça e preside, no dia seguinte, a votação.

plenário vazio, o deputado José Genoíno, do PT, solicitou verificação de presença, com o objetivo de saber se havia quorum para votação, uma manobra para suspender a sessão.

Rapidamente, os parlamentares que negociavam nos gabinetes ou nos salões do Congresso dirigiram-se ao plenário, onde as con-

versas continuaram. Nesse momento, coordenadores do "Centrão" como o líder do PDS, Amaral Neto, e do PFL, José Lourenço, e os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB) e Roberto Jefferson (PTB), insistiam em votar o projeto de regimento apresentado pelo bloco. "Não saiam das trincheiras", dizia Jeffer-

son, da tribuna, aos membros do "Centrão".

Outros, como Carlos Sant'Anna e Del Bosco Amaral (PMDB), passaram a considerar possível um acordo com os adversários, cujo interlocutor era o senador Fernando Henrique Cardoso. "O 'Centrão' não pode virar um monstro", dizia Del Bosco Ama-

ral. "Vamos conversar." "É possível um entendimento em torno de um mecanismo veloz, que permitirá aprovar a Constituição em sessenta dias", assegurava Fernando Henrique.

Da tribuna, o senador paulista fez um apelo expresso ao líder Amaral Neto, que colocava as maiores resistências ao adiamento. Segundo Fernando Henrique, até quarta-feira os dois grupos chegariam a uma proposta de regimento

consensual. O próprio deputado Ulysses Guimarães telefonou do Palácio do Planalto ao deputado Cardoso Alves e sugeriu o adiamento. O "Centrão" acabou concordando.

Fernando Henrique propôs ainda uma fórmula de regimento aceito pelo bloco conservador e que, salvo mudanças nos próximos dias, deverá ser aprovado na quarta-feira. Com 187 assinaturas de apoio, poderia ser apresentado pedido de preferência na votação de emenda ao projeto produzido pela Comissão de Sistematização. Esse texto alternativo modificaria, no máximo, um capítulo. A seguir, a preferência deveria ser aprovada por maioria absoluta do plenário (280 votos), ponto que enfrentava resistências do "Centrão", mas entrará no acordo.

Aceita a preferência, vota-se a emenda. Atendidos os 280 votos, o projeto de Sistematização é substituído naquele determinado trecho. Caso não se chegue à maioria absoluta, ensaie-se em votação o atual texto, que necessitará também de 280 votos para ser confirmado. Na hipótese de rejeição, os grupos conflitantes passariam a negociar uma proposta que atingisse os 280 votos, baseando-se em redações de fases anteriores da Constituinte. Seria a forma de evitar o "buraco negro", situação na qual o impasse leva à exclusão de determinado assunto do texto constitucional.

Sarney estimulou Cardoso a unir os conservadores

por Cecília Pires de Brasília

Um dos idealizadores do Centrão quando lançou, em fevereiro, a idéia de formação de um grupo suprapartidário para defender uma Constituição que privilegiasse a livre iniciativa, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB) destacou-se nas últimas semanas como um dos principais coordenadores do bloco de mais de trezentos constituintes que apresentou projeto para mudar o regimento e alterar o texto aprovado na Comissão de Sistematização. Ele, é autor do primeiro projeto de mudança do regimento, que deu origem ao impasse na Constituinte.

Ele, no PMDB, é a expressão mais conservadora que sempre briga com a esquerda, em defesa do governo. "Robertão", como o apelidam na Constituinte, anda magoado com a pecha de "direitista" que acabou recebendo no Congresso. "Você não aponta uma tese de direita em mim, sou o maior injustiçado nesta casa", reclama.

Quando o Centrão apresentar emendas para tentar modificar o texto do substitutivo aprovado na Sistematização na parte da reforma agrária, Cardoso Alves promete não se envolver. Na verdade, o parlamentar está cansado de ser indicado como membro da UDR. "Não sou da UDR, não sou terratenente. Sou apenas diretor da Sociedade Rural Brasileira".

Advogado, professor de Direito Constitucional, Roberto Cardoso Alves define-se como "um homem de centro, com preocupações à esquerda, tendo em vista nossa condição de país em desenvolvimento, com relação à área social. Sou absolutamente liberal em matéria política, sou um planejador em matéria econômica e sou um humanista com relação a meus semelhantes".

Depois de obter a adesão a seu documento, no qual pregava um país com desenvolvimento e liberdade, baseado na livre empresa como propulsora do progresso e a humanização das relações de trabalho, dos líderes do PFL na Câmara, José Lourenço, do PDS na Câmara, Amaral Neto, do PTB na Câmara, Gastoni Righi, do PDC na Câmara, Siqueira Campos,

e de Afif Domingos, parlamentar do PL, Roberto Cardoso Alves integrou-se ao Centro Democrático, grupo formado pelos conservadores do PMDB, ao qual é hoje um dos coordenadores.

O parlamentar não nega a influência do Palácio do Planalto na formação do Centrão. Há cerca de um mês e meio, Cardoso Alves ouviu do presidente Sarney que era preciso organizar de tal forma a ação política na Constituinte de modo a permitir que "os moderados zelem e lutem pela transição, porque os mais exacerbados estavam lutando pela revolução e era preciso fazer a transição", reproduziu Cardoso Alves. O parlamentar nega, porém, qualquer favorecimento do governo para esse tipo de ação.

"Nunca o presidente ofereceu vantagem a qualquer um, não tenho nada no governo. Eu tinha a superintendência do INAMPS em São Paulo que o Raphael (ex-ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, do PMDB) me tirou."

Cardoso Alves não quer falar sobre os temas que o Centrão pretende modificar, mas explica algumas das teses com as quais não concorda. Para ele, a função social no Brasil estimula o modelo concentrador de propriedade, porque o cumprimento desta função "custa dinheiro e pressupõe cultura". Outra idéia do deputado é que "a estabilidade é contra o trabalhador, porque nivela por baixo, não estabelece diferença quanto ao mérito. Só vai gerar a rotatividade do emprego e o aumento de demandas na Justiça do Trabalho".

O parlamentar ainda mostra o que o Centrão abomina no texto aprovado pela Sistematização: "O fato de o substitutivo apenas tolerar a iniciativa privada, conceber o Estado como um Leviatã-pai".

Ele resume o que o Centrão preconiza para a Constituição, como forma de promover o desenvolvimento: "Queremos escancarar o País para o capital estrangeiro, que ficará sujeito às nossas leis. O atual projeto transforma o País num coco-da-bahia, esterilizando o capital nacional e afugentando o capital estrangeiro".